



Junho 2006 - N°6

Mulheres e meninas em contextos de violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Editorial

José Manuel Pureza

(Página 1)

Armas de fogo: do que as mulheres têm medo?

Barbara Musumeci Soares

(Páginas 2 e 3)

Homens com armas:
masculinidades, armas, conflito e pós-conflito

Gary Barker

(Páginas 4 a 8)

Chegam uma a uma

Carlos Martín Beristain

(Página 9)

Observatório das P@xes

Lugares de guerra e de paz

(Página 10)

No sótão do NEP

Memória de Actividades do NEP

(Página 11)

P@X

Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza

Coordenação do Boletim P@X:

Mónica Rafael Simões e Kátia Cardoso

Número temático organizado por:

Tatiana Moura e Jessica Galeria

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia

da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855593

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/> /

nep@ces.uc.pt

Editorial

O Núcleo de Estudos para a Paz realizou, nos últimos dois anos, em parceria com a ONG Viva Rio (Rio de Janeiro), um projecto de investigação sobre “Mulheres e meninas em contextos de violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”. Animou-nos o propósito de estudar os diferentes papéis sociais desempenhados por mulheres nestes contextos e, nesse sentido, desconstruir as verdades feitas da suposta oposição entre feminilidade pacífica e masculinidade violenta.

Este número do P@x entra pelos caminhos incómodos dessa desconstrução. São três aqueles que aqui assinalamos. O primeiro é o do *continuum* das violências. O segundo é o da unicidade dos modelos de comportamento de homens e mulheres. O terceiro é o da escala da guerra.

Ensinou-nos o pensamento feminista que há uma insuspeita relação íntima entre as guerras e o quotidiano anónimo das relações inter-pessoais. É de “sistema de guerra” que algum feminismo fala para referenciar um modo de organização das relações sociais profundamente hierarquizado e em que a estabilidade dessa superioridade-inferioridade se garante por um código de comportamento em que a violência física é legitimada. A violência doméstica ou a guerra contra o Iraque têm, pois, a mesma matriz, e nela o patriarcado é o fundo cultural antigo. Como mostra Bárbara Soares, a arma de fogo é porventura o símbolo maior desse *continuum*: a sua presença, seja no plano doméstico seja nos teatros de guerra tradicionais, revela uma cascata de violência em que causas e efeitos se reforçam mutuamente.

Há perguntas difíceis a marcar este mapa de continuidades. O que significa ser homem? E o que implica ser mulher? Em cada contexto, as respostas tornam-se imensamente singulares. A provar que não há nenhuma essência que escape à circunstância. A mulher pacífica e o homem violento são construções sociais simplistas que têm naturalizado a inferiorização de outras formas de masculinidade e de feminilidade. No Rio, como por toda a parte, esses estereótipos são cada vez mais desafiados por uma realidade muito mais diversificada. Gary Barker dá voz a esse desafio no texto que aqui publica. E Carlos Martín Beristain prolonga esse registo num testemunho denso sobre o trabalho com mães de vítimas de violência armada no Rio.

É guerra isto? É. Não são precisos oficiais de cavalaria nem submarinos nucleares para que de guerra se trate. Porque isso é acessório e tudo do essencial da guerra está lá, na mancha urbana do Rio. São novíssimas guerras, com a mais alta das intensidades. Travadas em territórios urbanos de países que dizem estar em paz.

ARMAS DE FOGO: DO QUE AS MULHERES TÊM MEDO?

No Brasil, desde que o tema da violência urbana rompeu os muros dos quartéis e deixou de ser monopólio do pensamento policial e militar, a sociedade civil começou a tomar conhecimento da tragédia que está, pouco a pouco, minando sua estrutura demográfica. Hoje sabemos que nossos índices de mortalidade superam o de países em guerra e que as armas de fogo estão dizimando uma parte da população masculina. Através de dados oficiais e de estudos académicos, produzidos sobretudo a partir dos anos 90, percebemos que, na sua versão mais radical, a violência tem sexo, cor e idade: quem mais morre e quem mais mata são os rapazes, negros, na faixa etária de 15 a 29 anos. Em 2003, a taxa de homicídios masculinos foi de 56,1 mortos por 100 mil homens, o que representou 92,3% do conjunto das mortes de homens e mulheres [i]. Se considerados somente os jovens do sexo masculino, a taxa se eleva para 110,2 mortos por 100 mil jovens de 15 a 24 anos. Nesse mesmo período, a taxa feminina de homicídio foi de 4,4 /100 mil mulheres e de 7,5 por 100 mil jovens do sexo feminino, de 15 a 24 anos (idem). Um número pequeno, se comparado às mortes masculinas mas elevado em comparação ao de países da América do Norte, como Canadá e Estados Unidos e da Europa, como França, Espanha e Inglaterra onde, no ano 2000, com excepção dos Estados Unidos, houve menos de um assassinato feminino por cada 100 mil mulheres [ii]. Esses números indicam, por um lado, que as mulheres estão menos envolvidas directamente nos conflitos armados. Porém, isso não significa que elas não sejam, da mesma forma, personagens desse drama: quer por sofrerem a perda de seus filhos, maridos e irmãos, quer por ajudarem a alimentar os vínculos simbólicos entre armas de fogo e virilidade, ou pelo facto de estarem, igualmente, na mira das armas, dentro e fora de suas casas. Se elas não morrem na mesma proporção dos homens, elas experimentam a violência em várias frentes: como cidadãs, que se defrontam

com a violência que atravessa toda a sociedade brasileira, como vítimas indirectas da violência letal, que atinge maioritariamente os homens e como principal alvo da violência intra-familiar.

Mesmo quando elas são o objecto directo da violência, as armas de fogo também desempenham um papel maior do que se costuma supor, na medida em que são vastamente utilizadas como instrumento de ameaça. Segundo projecções da Fundação Perseu Abramo [iii], por exemplo, a cada 20 segundos uma mulher tem sua integridade física ameaçada com uma arma de fogo, no Brasil. Por outro lado, a proporção em que a arma é empregada como instrumento letal também não pode ser desconsiderada: entre 1979 e 1999, ela foi o principal instrumento dos homicídios femininos, sendo responsável por 57,7% das mortes de meninas e adolescentes de 10 a 19 anos e por 54% dos assassinatos de mulheres de 20 a 29 anos [iv].

A enorme discrepância entre o número de homens e de mulheres mortos não deve, portanto, nos levar a perceber a violência somente pela quantidade de óbitos, pois corremos o risco, dessa forma, de desconsiderar as relações dinâmicas e os contextos nos quais ela se alimenta, perdendo de vista também os diferentes impactos que provoca. Se nos concentramos somente nos homicídios masculinos, é possível que nos escape o conjunto, ou melhor, que se confunda o sintoma com a doença e que essa última passe a ser percebida exclusivamente ou predominantemente em função da sua expressão mais aguda. O que não produz morte em série sai da órbita do nosso olhar. Focalizamos os homicídios, diagnosticamos o problema pelo número de assassinatos e retiramos de cena tudo o que não se traduz directamente em estatísticas de mortalidade. Como se matar e morrer não fossem decorrências de múltiplas e intrincadas interacções e mediações. Como se o significado das mortes estivesse contido nelas mesmas.

O facto é que a violência armada acontece como uma cascata, em que causas e efeitos acabam se embaralhando e se reforçando mutuamente. Um exemplo disso é a violência doméstica: fonte e matriz de comportamentos que, ao longo da vida, se convertem em uma forma de linguagem, a família violenta é o espaço onde meninos e meninas aprendem as primeiras lições, seja como testemunhas, seja como vítimas directas de agressões físicas, emocionais e sexuais. Muitas vezes, na tentativa de escapar de um lar violento, fogem de casa para, finalmente, se defrontarem com as outras violências que vigoram no mundo das ruas. Outras vezes, apenas incorporam o padrão adquirido na família como sua segunda natureza, estendendo-o aos novos círculos de relação inter-pessoal, como amizade, escola e namoro, etc. É assim que a chamada célula-mater da sociedade, vista como ninho de conforto e segurança, oferece sua cota de contribuição para a violência global. Por outro lado, o mundo doméstico, também para os adultos, se torna, frequentemente, um palco de guerra e, particularmente para as mulheres, em verdadeiras câmaras de tortura. A violência faz, então, seu caminho de volta e as lições aprendidas na infância são aplicadas nas novas famílias que se formam. Quando, por sua vez, a relação íntima já transcorre, em parte ou totalmente, em contexto externo violento ou ligado à criminalidade, tudo se agrava ainda mais: da intensidade das agressões e do risco de morte à dificuldade de se encontrar saídas. Particularmente as que envolvem o recurso à polícia, vedado às mulheres de comunidades dominadas pelo crime.

Como se não fossem poucas as conexões, as armas têm aqui também o seu papel transversal, independentemente da posição de seus portadores no tabuleiro da violência. Elas conectam dimensões criminosas com outras tidas como não criminosas. Basta lembrar que a arma, empunhada pelo traficante contra seus adversários, comprada pelo suposto “cidadãos de bem” para defender seu património, ou carregada na cintura do policial, para preservar a ordem pública é

a mesma que, dentro de casa, serve para matar e para ameaçar as próprias esposas e companheiras.

Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro [v], entre Setembro e Outubro de 2005, nas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, revelou o temor das armas entre as mulheres que, na ocasião, denunciavam alguma forma de violência sofrida. Das 615 respondentes, 60,3% tinham sido agredidas por seus parceiros íntimos ou ex parceiros (maridos, namorados, companheiros) e 70,2% se disseram a favor da proibição da venda de armas no Brasil. Quando o denunciado era o parceiro íntimo (ou ex) o apoio à proibição se elevava para 74,4%, ou ainda para 76,1% se a agressão notificada ocorrera dentro de casa. Entre as que sabiam se o acusado tinha ou não uma arma de fogo, 68,5% foram ameaçadas de alguma forma com a arma. Embora se trate de um estudo piloto, não generalizável, essa pesquisa aponta para ligações entre duas constelações que costumamos pensar como distintas e independentes, mostrando que, para muitas mulheres, assim como as armas, também o medo transita sem fronteiras entre o público e o privado, entrelaçando a violência do crime àquela da intimidade.

Barbara Musumeci Soares

*Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
- Universidade Candido Mendes*

[i] www.datasus.gov.br

[ii] Organização Mundial da Saúde (<http://www3.who.int/whosis/mort/table1.cfm>)

[iii] Fundação Perseu Abramo (2001), *A Mulher Brasileira nos espaços públicos e privados*.

[iv] Reis, A. C. et al (2001), “Mortalidade Feminina Por Causas Externas: Brasil e Macro Regiões (1979 a 1999)”, Rio de Janeiro, BOLETIM do CENEPI/CLAVES, nº 4.

[v] O levantamento realizado por pesquisadoras do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Candido Mendes, do Viva Rio e da Universidade de Coimbra, na Região Metropolitana do Estado, obteve 615 questionários respondidos espontaneamente.

Desde 1981, estive envolvido em todos os confrontos (entre Cristãos e Muçulmanos) que houve [...] Eu não tinha trabalho. Eu não tinha nada para fazer. Porque não haveria de participar?

Ali, um jovem adulto muçulmano, Kaduna, Nigéria
(entrevistado em 2004)

Um jovem de 39 anos

Com 39 anos, Ali (nome fictício) era, até recentemente, considerado um jovem na sua terra natal, Kaduna, situada na região central da Nigéria, onde violentos confrontos entre jovens Cristãos e Muçulmanos se sucedem periodicamente desde 1981. Na Nigéria, tal como em muitos países africanos, é-se considerado jovem até que se consiga arranjar trabalho pago e sustentar-se a si próprio e à sua família. Algum tempo antes desta entrevista, Ali conseguiu o seu primeiro emprego estável: um trabalho na função pública, com um salário estável que lhe permite sustentar a sua família. Nas vésperas do seu 40º aniversário, ele conseguiu ser homem (depois de pagar um suborno considerável para conseguir o emprego). Aos olhos dos seus pares, da sua família e da sua sociedade, ele tornou-se um homem a sério. Até então ele optava por participar nos grupos de jovens muçulmanos que queimavam igrejas e usavam catanas e outras armas contra os jovens cristãos (sobretudo contra outros jovens sem trabalho como ele). Os confrontos ocorridos em 1999 fizeram mais de 2000 mortos. Os jovens entrevistados para um estudo do Banco Mundial, em 2004, confirmaram que os conflitos não eram tanto resultado de incompatibilidades reais entre jovens cristãos e muçulmanos (ou de diferenças religiosas *per se*), mas eram, antes, resultantes do facto de não terem mais nada para fazer (Barker e Ricardo, 2005). Estes afirmaram ter sido pagos e incentivados por líderes políticos locais (dos dois lados do conflito) para participar nos confrontos. O seu descontentamento, ao que parece, não era tanto dirigido aos jovens da religião rival, mas sim em relação a estes líderes políticos (homens), parte da elite local - que eles definiam como Al Hajis ou "homens grandes" - que consideravam estar a manipulá-los. Ali afirmou:

São os líderes [referindo-se aos homens mais velhos] que fazem com que muçulmanos e cristãos vão para as ruas saquear casas e lojas. São eles que estão por detrás disso. Eles deviam saber que assim que tivéssemos uma oportunidade os mataríamos a todos [di-lo visivelmente com raiva].

O problema com os homens

Que os homens - e dentro deste grupo, os jovens do sexo masculino - são a grande maioria dos combatentes em contextos de conflito e os principais perpetradores de violência relacionada com armas, é uma verdade incontornável. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que homens de todas as idades representam 80 por cento das vítimas de homicídio e que a probabilidade de o cometerem é entre três a seis vezes maior do que a das mulheres. Na realidade, é um facto óbvio e incontestado que a maior parte da violência armada, quer em contextos de conflito, quer em outros contextos, é levada a cabo por homens e sobretudo contra outros homens. A questão que se nos coloca, então, é: o que tem o facto de ser homem a ver com a violência?

**Homens
com
armas:
masculinidade
armas
conflito
e
pós-conflito***

*Gary Barker
Instituto Promundo
Rio de Janeiro*

*Baseado no texto preparado para a Reunião sobre Género, Armas e Processos de Paz - Centre for Humanitarian Dialogue, 5 de Dezembro de 2005

As questões de gênero, tal como são abordadas nas análises de conflito e pós-conflito, têm geralmente significado mulheres e meninas. Provavelmente em todos os estudos, livros brancos ou relatórios sobre conflitos ou pós-conflito e mediação, gênero significa mulheres e meninas. Isto faz todo o sentido, num aspecto: as mulheres e meninas são frequentemente as vítimas com menos poder e são duplamente vulneráveis em contextos de conflito. Têm sido frequentemente excluídas do poder político e são afectadas de formas diversas pelos conflitos - sobretudo por várias formas de violência sexual, que fazem também parte do conflito. São geralmente excluídas das mesas de negociação em que os acordos de paz são firmados.

Mas tem-se negligenciado outra questão: jovens (do sexo masculino) e homens também têm “gênero”. São também frequentemente socializados em noções rígidas do que significa ser homem. Alguns deles são também destituídos de poder - como Ali - em hierarquias que atribuem mais poder a determinados grupos de homens. Esses homens, excluídos do poder, podem ter mais poder que as mulheres no mesmo contexto ou grupo social, mas é importante sublinhar que estes grupos de homens subordinados não se consideram detentores de poder. Na realidade, o seu sentimento de impotência e exclusão está frequentemente na origem da violência e dos conflitos, incluindo a violência armada, que procuramos prevenir e eliminar. Em suma, acabámos por criar inadvertidamente um “ângulo morto” no que diz respeito à análise de gênero relativamente aos homens. Nas nossas análises simplistas do poder ignorámos ou não vimos a complexidade do modo como a socialização de gênero interage com a classe, a raça, a etnicidade e outras dimensões do poder onde se encontram, afinal, as raízes da violência e do conflito.

Aceitar a complexidade: exemplos a partir de África

Existem cada vez mais pesquisas sobre os factores sociais e individuais que estão associados à utilização da violência pelos homens, sobretudo nos países industrializados. Alguns destes factores estudados dizem respeito: (1) a ser apelidado de problemático (ou com tendências anti-sociais); (2) ao controlo parental coercivo ou violento (isto é, paternidade /maternidade violenta); (3) ao controlo parental limitado; (4) ao facto de se ter sido testemunha ou se ter experimentado actos de violência em casa ou na comunidade; (5) à socialização entre pares delinquentes; (6) à percepção de intenções hostis nos outros; (7) ao baixo sucesso escolar e a capacidades de socialização limitadas; (8) ao conviver com noções de gênero mais rígidas ou tradicionais; (9) ao facto de se ter sido envergonhado ou se ter passado por situações particularmente humilhantes e vexatórias enquanto criança; (10) a se ter sido violentado; e (11) a ter usado a violência e percebido que esta produz respeito (Elliott, 1994; McAlister 1998; Sampson and Laub 1993; Barker 2005; Rhodes, 1999; Gilligan, 1996). Não existe, no entanto, muita literatura acerca dos factores associados a participação de homens em contextos de conflito.

Apesar disso, a literatura emergente sobre situações de conflito, particularmente sobre África, tem trazido elementos de análise bastante úteis sobre como homens e rapazes se envolvem e permanecem envolvidos nos conflitos. Do ponto de vista mais elementar, possuir uma arma de fogo, ou outro tipo de arma, e estar disposto a usá-la, tem a ver com poder. Os homens e jovens envolvidos em revoltas armadas tornam-se “homens grandes” por controlarem um determinado local e serem capazes de exercer violência sobre as pessoas que os rodeiam. Além da sobrevivência imediata (sob a forma

**Homens
com
armas:
masculinidade
armas
conflito
e
pós-conflito**

*Gary Barker
Instituto Pro Mundo
Rio de Janeiro*

de rendimento, alimentos, bens de consumo ou outros), eles alcançam e são detentores de poder. Os jovens que se tornam combatentes, nestes contextos, são frequentemente bombardeados - antes e depois de se tornarem combatentes - com imagens violentas da masculinidade, seja sob a forma de filmes do Rambo, de gangsta rap ou da idolatração dos homens grandes, como na Libéria de Charles Taylor. Alguns observadores de jovens combatentes (masculinos) na África Central e Ocidental sugerem que a violência parece ser uma representação (performance), levada a cabo por jovens, de uma versão violenta do ser homem, com o objectivo de provocar medo e impor a sua presença perante uma audiência aterrorizada. Eles estão, nestes casos, a representar um papel socialmente reconhecido de masculinidade levado ao extremo.

Homens jovens e menos jovens encontram ainda laços de camaradagem com os seus colegas homens em contextos de revolta armada e, em alguns casos, podem até encontrar modelos de homens ou pais e famílias substitutos. Em países onde, entre 10 e 25 por cento dos homens adultos estão infectados com HIV, e onde frequentemente os homens têm que migrar para trabalhar, os líderes das facções em conflito tornam-se, por vezes, modelos a imitar por jovens com falta de modelos e acompanhamento masculinos.

Outro elemento comum no que diz respeito à participação dos jovens do sexo masculino em conflitos é a questão dos rituais de passagem ou doutrinação. Quase todos os movimentos armados e guerras envolvem algum tipo de rituais de iniciação, tal como sucede no recrutamento e treino de soldados nos exércitos convencionais. Em alguns lugares, como o Norte do Uganda, a Libéria, a Serra Leoa ou a RDC, esta iniciação é bastante traumática, envolvendo o uso de violência contra familiares e ameaças de morte por não cumprimento das ordens. Muitas das revoltas armadas em África basearam-se na socialização tradicional de rapazes e jovens enquanto guerreiros, usando elementos destes rituais tradicionais na sua própria e brutal doutrinação (Stavros *et al.*, 2000). Em alguns casos, as revoltas ou os líderes dos movimentos armados constroem deliberadamente ligações a rituais de iniciação de passagem historicamente relevantes, como nos casos dos Zulo na África do Sul e de Charles Taylor, na Libéria.

Para além disso, grupos revoltosos do Norte do Uganda, Libéria e Serra Leoa escolhem, muitas vezes, os filhos mais novos e os rapazes mais jovens, que têm uma probabilidade maior de se sentirem indefesos e de serem mais susceptíveis, maleáveis e traumatizáveis por estas experiências. Na Libéria e na Serra Leoa, muitas vezes, são acrescentadas drogas ao processo de doutrinação, contribuindo para a perda de controlo para levar a cabo actos brutais. Não é por acaso que, na socialização de rapazes e homens em várias partes do mundo, as drogas e o álcool são parte essencial dos rituais de passagem e de iniciação sexual. Os jovens descrevem, muitas vezes, as drogas e o álcool como algo que lhes dá coragem para fazerem as coisas que lhes são exigidas para serem vistos como homens.

O treino de homens e jovens para a utilização da violência inclui também outras formas de brutalidade e violência. Antigos “sequestrados” e antigos combatentes (jovens homens) que entrevistámos no Uganda, referiram, como práticas forçadas, o canibalismo e a violação sexual de jovens mulheres - mais uma vez, parte de uma estratégia de doutrinação para deliberadamente traumatizar e envergonhar. Ao reflectir sobre estes actos traumáticos e brutais, é importante ter em conta que, se os meninos e jovens fossem facilmente induzidos a matar e a usar de violência, ou se

Homens com armas: masculinidade armas conflito e pós-conflito

Gary Barker
Instituto Pro Mundo
Rio de Janeiro

estivessem dispostos a usar a violência por sua própria iniciativa, e se a violência fosse uma parte inerente ao temperamento dos mesmos, este tipo de doutrinação não seria necessária.

Em outros contextos - como na África do Sul ou partes da América Latina - onde as revoltas armadas tiveram motivações políticas claras e obtiveram um largo apoio da população em geral, os homens nelas envolvidos acabaram, muitas vezes, por se tornar heróis. Estes alcançaram estatuto social e acesso a rendimentos, poder e companhia feminina como resultados da sua participação em conflitos armados.

A África do Sul constitui um claro exemplo disto. Os jovens do sexo masculino foram os líderes da luta contra o apartheid, e foram incentivados pelas suas famílias para viver no exílio e serem treinados como combatentes. Da socialização dos jovens nestes movimentos faziam parte referências específicas a armas e à sua utilização como forma de alcançar a liberdade. No caso do ANC, a AK-47 foi associada ao movimento de libertação e foi um símbolo visível para os jovens (Cock: 2001). Alguns autores sugerem que, com o fim do apartheid e a percepção de que as velhas desigualdades económicas não seriam remediadas no curto-prazo, cada vez mais jovens estão a virar-se para o crime e para a violência, alguns destes no contexto de actividades de gangs. Tal com Xaba afirma (2001:107), muitos destes relatos discutem a questão dos "... heróis de ontem que se transformaram nos vilões e criminosos de hoje". Isto tem sido visto por alguns investigadores como uma forma compensatória de ser homem, marcada pela violência sexual - ou seja, de homens que procuram recuperar o sentimento de masculinidade/ser homem através da actividade criminosa e da violência contra as mulheres. Embora o governo Sul-Africano tenha disponibilizado educação básica e programas de capacitação profissional especificamente direccionados para os jovens envolvidos na luta, as dificuldades que se colocam aos jovens nestas condições são enormes:

Para os poucos "exilados" e "camaradas" que vivem no crime, não é segredo que a vida arriscada do crime violento é substancialmente mais compensatória do que os paliativos oferecidos pela Educação de Adultos e os Programas de Capacitação, nos quais é suposto integrarem-se. É quase impossível persuadir alguém a trocar uma vida, por mais perigosa que seja, em que existe a possibilidade de guiar um Mercedes Benz C220, por uma vida em que terá que ser um carpinteiro, electricista ou pintor ou, mais provavelmente ainda, desempregado (Xaba 2001: 119).

Estes são apenas alguns exemplos dos motivos que levam os homens com baixos rendimentos - sem emprego ou com poucos laços com outras instituições e frequentemente subordinados aos homens mais velhos com mais poder - a sentirem-se atraídos pela participação em insurreições armadas. É importante não simplificar demasiado os factores e condições específicos de cada um destes contextos de conflito. No entanto, seguindo os exemplos, sugerimos que existe uma tendência comum, no que diz respeito ao facto: (1) de serem socializados em formas rígidas e violentas de ser homem; (2) da necessidade de arranjar trabalho para ser reconhecido socialmente como homem; e (3) da falta ou da percepção da falta de outras formas de arranjar emprego (e consequentemente ser homem); e que todos os factores interagem de forma a levar alguns jovens ao conflito e à utilização de armas para garantir o estatuto de homem a sério.

Homens com armas: masculinidade armas conflito e pós-conflito

Gary Barker
Instituto Pro Mundo
Rio de Janeiro

Guerreiros após a guerra: ser homem após o silêncio das armas

Se as situações de conflito e a posse de armas garantem aos homens, jovens e adultos, uma versão socialmente reconhecida de masculinidade/ser homem, o que temos nós, aqueles que propõem a paz, para oferecer em contrapartida? Os programas de desmobilização incluíram quase todos a geração de rendimentos, formação vocacional, acesso a crédito, distribuição de terras (ou de ferramentas de trabalho) e/ou subsídios em dinheiro. A noção implícita é a de que ser soldado ou combatente é um emprego e que levar os homens a deixar esse emprego, ou fechar essa fonte de emprego, implica abrir outras oportunidades. A lista de dificuldades destas iniciativas é longa (demasiado para se tratada aqui), mas algumas das mais comuns são: (1) a criação de dependência; (2) o facto de serem demasiado curtas, deixando os homens frustrados quando acabam; e (3) as dificuldades de levar os jovens a regressarem à escola (que frequentemente consideram um espaço para as crianças), entre outras.

Além disso, poucas iniciativas de desmobilização integraram uma discussão de como o género influencia os homens - ou seja, como os esforços para os comprometer devem ter em consideração o seu desejo de alcançar uma versão socialmente reconhecida do que é ser homem, bem como as tensões inter-geracionais entre grupos de homens. De facto, as necessidades específicas de género não foram tidas em conta na maioria dos programas de reintegração no que diz respeito a jovens mulheres e homens; no entanto, tem havido mais discussão de género em torno das necessidades específicas das meninas e jovens mulheres.

Insurreições armadas, outras formas de violência semi-organizada (gangs, grupos de vigilantes, etc.) e organizações militares convencionais criaram gerações de homens cuja noção do ser homem é definida em torno da criação e manutenção do medo. A sua profissão e a sua identidade social constroem-se em torno da violência. Mesmo que concordemos politicamente com a sua causa, mesmo que esta possa ser justa, existem enormes dificuldades que se colocam à reintegração e à paz, baseadas nesta identidade de género masculina. Podemos dar uma longa lista de exemplos. Na Guatemala, a actual violência extrajudicial (contra as mulheres, membros de gangs de rua, membros da sociedade civil) é, em larga medida, baseada na disponibilidade de homens treinados para matar e intimidar ao longo de 36 anos de guerra civil; em El Salvador, os soldados receberam terra para trabalhar mas nenhum acesso a crédito enquanto parte da desmobilização. Muitos deles acabaram por migrar para a capital, ocupando postos como seguranças privados - protegendo a propriedade dos "homens grandes" de outros homens sub-empregados com baixo rendimento como eles (pertencentes às *maras*).

O ciclo é literalmente vicioso. Depois de terem o estatuto de "guerreiros" - e o poder, a companhia feminina e o acesso a bens e rendimento que este lhes proporcionou - não é fácil baixar as armas. Mas é possível. Existem numerosos exemplos por contar de homens que não participam na violência e de homens que, tendo participado, fizeram a transição para a vida civil. Compreender as suas trajectórias do conflito para a paz - como a história de Ali, que está zangado mas empregado - pode dar-nos ideias para continuar. *Dêem-me outra coisa com significado, diz-nos ele, outra coisa onde ancorar a minha identidade masculina, e eu baixarei as minhas armas.*

**Homens
com
armas:
masculinidade
armas
conflito
e
pós-conflito**

*Gary Barker
Instituto Pro Mundo
Rio de Janeiro*

CHEGAM UMA A UMA

Chegam uma a uma, ou duas a duas, algumas conhecem-se e, ao reconhecerem-se, abrem-se-lhes os olhos e os abraços. Eu sou o convidado. Venho partilhar palavras e silêncios, experiências de estar, de acompanhar e de aprender com outras mães e familiares que perderam os seus filhos noutras guerras.

O Rio de Janeiro tem praia e alegria, favelas e confusões e lutas, daquelas que se vivem todos os dias. Como na Colômbia ou na Guatemala, a violência chega às ruas e às casas, às famílias e aos corpos. As mulheres escutam, partilham e oferecem algo que sempre me comove: a confiança.

Não é fácil falar da dor, do desprezo, da impunidade. Por vezes é mesmo perigoso. Dos sentimentos que não só são de cada uma mas que cruzam as barreiras como o mar banha duas costas. Quando as pessoas se identificam umas com as outras, de duas impotências pode, às vezes, surgir uma resistência. É nisto que apostamos nestas tardes de partilha.

São demasiadas coisas para poder juntar em poucas palavras, é demasiado tempo a procurar uma abertura e a dar luta. As familiares recorreram a todas as instâncias possíveis, tribunais, municípios, governos, advogados e esquinas do seu bairro.

Tanta persistência não vem de uma ideia, nasce do afecto, vem de um laço que foi rompido por outros. Ou que outros quiseram romper. Esse afecto pelos seus filhos e filhas, irmãos, primas, é o que faz mover esta luta convertida em consciência pelos direitos humanos.

Esta tarde é um desses estranhos espaços colectivos em que nos juntamos para falar em voz alta de tantas coisas que estão em silêncio nos jornais ou que são notícia por um dia na televisão.

O espaço da palavra e das lágrimas, da raiva e da vontade. Um espaço delas. Nosso. A este trabalho colectivo chamamos psicossocial, de saúde mental, de fortalecimento colectivo. Movemo-nos entre o partilhar e o aprender que não se fica por estas paredes. Vão juntas a um julgamento para acompanhar a família, como todos nós gostaríamos que nos acompanhassem. Assim se tecem os fios desta história.

Falamos de direitos humanos porque foram tantas vezes violados. E procuram as brechas da vida que cresce entre o poder das armas e a impunidade da polícia. Cresce. Por isso elas estão aqui. Por isso é importante apoiar este processo.

Quem os matou converteu-os em nomes esquecidos, mais um corpo, um caso mais entre os desgraçadamente tantos. Mas elas têm um nome que tem que se reivindicar sempre, como aquela amiga colombiana que, cada vez que tinha que tratar de alguma coisa, obrigava os militares a, onde normalmente punham NN, escreverem o nome do seu filho Luis Fernando. Como se a identidade pudesse assim ser tão fácil de apagar, dizia ela.

A história destas mães tem dia e hora, e todos os pormenores de que elas não se esquecem. Às vezes as fotografias acompanharam-nos, às vezes falamos do medo do cão que morde - e elas conhecem tantos!... - e do quarto escuro em que também estiveram e do qual parece nunca se poder sair. Mas saem, saímos, juntas. Oxalá. Essa é a aposta.

Carlos Martín Beristain
Médico, Especialista em Saúde Mental

Lugares de guerra e de paz

LUGARES de GUERRA

Brasil: as armas e as vitimas

(Viva Rio e Iser, 2005)

www.desarme.org/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=4&inford=4647

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; PINTO, Andréia Soares & LAGE, Lana (Org.) **Dossiê Mulher - Atualizado**, Rio de Janeiro: ISP, 2006.

<http://www.isp.rj.gov.br/Documentos/DOSSEIEMULHER.pdf>

Mortes matadas por armas de fogo no Brasil de 1979 a 2003. , Brasília: UNESCO (2005)

www.unesco.org.br/publicacoes/edicoes_nacionais/Seriedebates/mostra_documento

LUGARES de PAZ

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

www.ucamcesec.com.br

Escola de Educação Audiovisual Nós do Cinema

www.nosdocinema.org.br

Instituto Promundo

www.promundo.org.br

ONG VIVA RIO

www.vivario.org.br

Programa Social Crescer e Viver

www.crescereviver.org.br

No sôtão do NEP

Memória de Actividades do NEP

Publicações

Rafael, Mónica, "As Dinâmicas da Sociedade Civil e o Processo de Transição Multipartidária em Angola", in Vidal, Nuno e Pinto de Andrade, Justino (2006), *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Edições Firmamento.

Actividades NEP

10 de Março de 2006

Katia Cardoso apresentou a comunicação "CPLP: entre a teoria e a prática" no Debate sobre a CPLP, "Festa de Sons, Saberes e Sabores II" - Partilha festiva e interactiva de conhecimento, de tradições e de diferentes formas de ser e de estar entre os promotores e o público", VIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra.

20 de Março de 2006

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "Resistencias a la globalización neoliberal desde una perspectiva de derechos humanos" nas XIII Jornadas do Hegoa, Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional, Bilbao.

21 de Março de 2006

José Manuel Pureza apresentou a comunicação "A acção das Nações Unidas e da União Europeia no combate à proliferação de armas ligeiras" na IV Sessão da Audição Pública "Por uma sociedade segura e livre de armas", organizada pela Comissão Nacional Justiça e Paz, Lisboa.

3 de Abril de 2006

José Manuel Pureza participou no [European Masters on Human Rights and Democratisation](#), Universidade de Sevilha.

5 e 6 de Abril de 2006

José Manuel Pureza participou no Seminário Internacional "The future of human rights: a roundtable discussion on the implementation challenge", organizado pela Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior e Instituto Pedro Arrupe de Derechos Humanos de la Universidad de Deusto, Madrid.

7 de Maio a 4 de Junho de 2006

Mónica Rafael esteve em Angola, no âmbito do projecto "State failure strategies and peacebuilding processes: lessons learned from former Portuguese colonies".

8 de Maio de 2006

Seminário "Imagens para a paz. A experiência do Nós do Cinema" com Luís Carlos Nascimento, Coordenador da ONG 'Nós do Cinema'.

9 de Maio de 2006

Debate "Violências Invisíveis", com Luís Carlos Nascimento (Nós do Cinema), Jessica Galeria (ONG Viva Rio) e José Manuel Pureza (NEP), com base no filme *Todas as Crianças Invisíveis* de Katia Lund, FNAC, Fórum Coimbra.

8 e 9 de Junho de 2006

Seminário final do Projecto [Mulheres e meninas em contextos de violência armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro](#), Rio de Janeiro (Brasil).

27 de Junho de 2006

Tatiana Moura e Jessica Galeria apresentaram os resultados do projecto "Women and girls in contexts of armed violence: a case study on Rio de Janeiro" na reunião [Women and guns: voices from the front line](#), na Conferência de Revisão da ONU sobre Armas Ligeiras, Nova Iorque (E.U.A.).